

Esquema da comunicação a apresentar em 15 de Janeiro de 2016, no CEJ, sobre o contrato de viagem organizada.

1 - Viagem organizada. Conceito. Delimitação. Desígnios primordiais do legislador.

Generalidades a propósito da figura da viagem organizada e sua consagração legislativa, diferenciando-a de figuras afins. Contexto e evolução social justificativos da necessidade de regulação, por via legislativa, da actividade das agências de viagem e turismo e do reforço da protecção dos direitos e interesses do viajante enquanto consumidor.

2 - Regime jurídico vigente.

Análise particularizada do regime jurídico constante do Decreto-lei nº 61/2011, de 6 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 199/2012, no que se reporta ao contrato de viagem organizada.

3 - A Directiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia.

Análise das *linhas de força* da nova Directiva. Inovações a atender aquando da respectiva transposição para o direito nacional, o que deverá ocorrer até 1 de Janeiro de 2018, para serem aplicadas a partir de 1 de Julho de 2018.

4 - Jurisprudência.

Análise do tratamento jurisprudencial conferido aos litígios, cuja publicação se conhece, no domínio da responsabilidade das agências de viagem e turismo.

1 - Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 25 de Fevereiro de 2002 (relator Santos Carvalho), publicitado in www.jusnet.pt.

2 - Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 27 de Setembro de 2007 (relator Ferreira de Almeida), publicado in www.dgsi.pt.

3 - Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 24 de Junho de 2008 (relatora Maria do Rosário Morgado) publicado in www.dgsi.pt.

4 - Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Outubro de 2008 (relator Pires da Rosa) publicado in www.dgsi.pt.

5 - Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 13 de Outubro de 2009 (relator João Proença) publicado in www.dgsi.pt.

6 - Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 26 de Maio de 2011 (relatora Catarina Manso) publicado in www.dgsi.pt.

7 - Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 6 de Dezembro de 2011 (relatora Artur Dias) publicado in www.dgsi.pt.

8 - Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 12 de Janeiro de 2012 (relator Luís Mendonça), publicado in Colectânea de Jurisprudência, Ano XXXVII, tomo I, pags.78 a 81.

9 - Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 15 de Março de 2012 (relator Ezaguy Martins) publicado in www.dgsi.pt.

10 - Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Maio de 2013 (relator Abílio Costa) publicado in www.dgsi.pt.

11 - Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 8 de Maio de 2014 (relatora Fátima Galante) publicado in www.dgsi.pt.

12 - Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 24 de Fevereiro de 2015 (relator Luís Espírito Santo) publicado in www.dgsi.pt.

Luís Espírito Santo.